

HABEAS CORPUS Nº 494.159 - GO (2019/0047080-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FELIPE MENDES VILELA
ADVOGADO : FELIPE MENDES VILELA - GO0042281
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : MARCO VINICIUS SANTOS SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCO VINICIUS SANTOS SILVA, contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5031250.76.2019.8.09.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 17/01/2019, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas). A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, argumentando a falta de motivação da decisão que decretou a custódia e, ainda, que a prisão seria desproporcional ao regime prisional a ser determinado em futura e suposta condenação.

O *writ*, no entanto, não foi conhecido por decisão monocrática do relator acostada às fls. 170/173, que indeferiu o processamento do feito por falta de instrução.

No presente *mandamus*, a defesa alega que “*exigir a transcrição judicial de uma audiência de custódia é um exagero*” para, na sequência, reiterar os argumentos relacionados à falta de motivação da prisão.

Requer seja a gravação audiovisual que acompanha a inicial como prova pré-constituída, bem como a concessão de liberdade provisória.

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer do pedido nesta Corte Superior, uma vez que o presente *mandamus* atacada decisão monocrática do Desembargador, que não conheceu do *writ*. Não tendo o impetrante interposto o recurso cabível contra àquele julgado, inexistente manifestação do Colegiado Estadual sobre o mérito do pleito lá deduzido.

Dessa forma, também fica esta Corte Superior impedida de pronunciar-se sobre o tema, sob pena de incorrer em indesejável supressão de instância.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR. DESCABIMENTO. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. REVOLVIMENTO FÁTICO-COMPROBATÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Quinta Turma desta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe recurso ordinário em habeas corpus contra decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de origem, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada.

2. Hipótese em que o agravante requer a análise de questões não examinadas pela decisão monocrática impugnada.

3. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte Superior, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no RHC 67.110/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esaurimento da instância antecedente, de modo que correta foi a decisão que indeferiu liminarmente o recurso ordinário em habeas corpus que atacava decisão monocrática que extinguiu o writ de origem.

2. Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal no Tribunal Superior.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 60.261/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015).

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

